

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2020 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS (Ciama) - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77 - NIRE: 1330000490-8

Data, hora e local – Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte, às dez (10h) horas, na sede social da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas. **Presenças:** Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRO DA SILVA**, brasileira, viúva, contadora, inscrita no CRC-AM nº 07984-0, portadora da cédula de identidade nº 0533593-0 SESEG/AM e inscrita no CPF/MF sob o nº 114.807.422-87, residente e domiciliada na Rua B-24 (Rua Antero de Quental), Conj. 31 de março II, nº 23, Japiim, CEP 69068-000, na cidade de Manaus-AM; Sra. **ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ**, brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da cédula de identidade nº 1.841.711 DPT – DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 660.616.442-72, Avenida José de Arimateia, 1001, Torre A, Apto 1501 A, CEP 69060-081, na cidade de Manaus-AM; Sr. **LUIZ OTÁVIO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 9.036 – OAB/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 983.548.096-68, residente e domiciliado na Avenida Cecília Meireles, Conj. Residencial Ponta Negra II, Rua D, Casa 247, CEP 69.037-071, Ponta Negra, em Manaus-AM. **Publicações** – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do dia** – a) Exame e análise dos balancetes concernentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019; b) Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; c) o que ocorrer. **Deliberações** – Conforme ordem do dia, foi deliberado o seguinte: **a)** Após exame dos balancetes concernentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, os conselheiros deliberaram e emitiram o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 31 do Estatuto Social da Companhia c/c artigos 161 e 162 da lei 6.404/76, conforme Ata de Assembleia Geral de Acionistas de 29 de abril de 2019, regularmente publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na edição de nº 34130 do dia 25 de novembro de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado sob nº 999904 em 28 de junho de 2019 sob o NIRE 13300004908 e protocolo 190306408 de 27 de maio de 2019, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 33 do Estatuto da Companhia, **examinou** os balancetes referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, **aprova**, por unanimidade e sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 163, VI da lei 6.404/76 c/c artigo 33, III do Estatuto da CIAMA, consolidando o exame de todos os balancetes do exercício de 2019. **b)** Em seguida, após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devidamente auditadas pela empresa MM Gonçalves Consultoria Empresarial ME, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 31 do Estatuto Social da Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral de Acionistas de 29 de abril de 2019, regularmente publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na edição de nº 34130 do dia 25 de novembro de 2019 e registradas na Junta Comercial do Estado sob nº 999904 em 28 de junho de 2019 sob o NIRE 13300004908 e protocolo 190306408 de 27 de maio de 2019, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 33 do Estatuto da Companhia, **examinou** as demonstrações financeiras da CIAMA referentes ao exercício de 2019, elaboradas com base no que dispõe o artigo 176 da lei 6.404/76. Com base na regular análise desses documentos em conjunto com as notas explicativas emitidas pela Diretoria Executiva e o Parecer dos Auditores Independentes emitido por MM Gonçalves Consultoria Empresarial ME, considerando, ainda, que as demonstrações financeiras exprimem com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, tendo a Companhia emitido com regularidade: (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) as demonstrações dos fluxos de caixa, o Conselho Fiscal da CIAMA **apresenta parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019, sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 163, VII da lei 6.404/76 c/c artigo 33, I do Estatuto da CIAMA**. E nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Em Manaus (AM), 12 de março de 2020.

MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRO DA SILVA
Membro Titular do Conselho fiscal

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Membro Titular do Conselho fiscal

LUIZ OTÁVIO DA SILVA
Membro Titular do Conselho fiscal

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2020 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77 / NIRE: 1330000490-8

Data, hora e local – Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e vinte, às dez (10h) horas, na sede social da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas. **Presenças:** ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 068089-3 SSP AM, inscrito no CPF/MF sob o nº

007.005.332-49, residente e domiciliado na Avenida Mário Ypiranga, 1939 – Condomínio Carlos Drummond de Andrade, Apto. 702 – Adrianópolis, CEP 69057-002, e-mail: aluizio@ciama.am.gov.br em Manaus-AM; **PAULO RICARDO RODRIGUES DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 9350489 SSP-AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 406.552.372-91, residente e domiciliado na Rua Emílio Moreira, 968, bairro Praça 14, na cidade de Manaus-AM, CEP 69020-040, e-mail: psouza@sedecti.am.gov.br e **ERALDO BOECHAT LEAL**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade nº 59238055 SEPC RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 841.621.397-68, residente e domiciliado na Rua Julia Lopes, 4131, Apto. 203, BL 1B, bairro Japiim, CEP 69077-815; e-mail: boechat@sedecti.am.gov.br. **Publicações** – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do dia** – a) Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; c) o que ocorrer. **Deliberações** – Conforme ordem do dia, foi deliberado o seguinte: **a)** Após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devidamente auditadas pela empresa MM Gonçalves Consultoria Empresarial ME, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: "O Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 20 a 29 do Estatuto Social da Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral de Acionistas de 29 de abril de 2019, regularmente publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na edição de nº 34130 do dia 25 de novembro de 2019 e registradas na Junta Comercial do Estado sob nº 999904 em 28 de junho de 2019 sob o NIRE 13300004908 e protocolo 190306408 de 27 de maio de 2019, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 28, IV do Estatuto da Companhia, **examinou** as demonstrações financeiras da CIAMA referentes ao exercício de 2019, elaboradas com base no que dispõe o artigo 176 da lei 6.404/76. Com base na regular análise desses documentos em conjunto com as notas explicativas emitidas pela Diretoria Executiva e o Parecer dos Auditores Independentes emitido por MM Gonçalves Consultoria Empresarial ME, considerando, ainda, que as demonstrações financeiras exprimem com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, tendo a Companhia emitido com regularidade: (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) as demonstrações dos fluxos de caixa, o Conselho de administração da CIAMA **apresenta parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019, sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 142, III e V da lei 6.404/76 c/c artigo 28, IV do Estatuto da CIAMA**. E nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Em Manaus (AM), 19 de março de 2020.

ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA
Conselheiro

ERALDO BOECHAT LEAL
Conselheiro

PAULO RICARDO RODRIGUES DE SOUZA
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2019

Apresentamos o Relatório de Gestão da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - Ciama, referente ao exercício de janeiro a dezembro de 2019, como evidência dos princípios da transparência e da responsabilidade social que sempre nortearam as ações desta Companhia.

Este relatório tem por finalidade apresentar os principais resultados alcançados em 2019. Os projetos de Governo sob a responsabilidade da Ciama foram detalhados e os resultados avaliados em consonância com os objetivos e metas estabelecidas. A Ciama, dentro de suas atribuições estatutárias, atua como instrumento indutor do estado do Amazonas, interiorizando o desenvolvimento com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais, por meio de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, principalmente do interior.

O documento apresentado contém as definições de missão, diretrizes no período 2019, evidenciando os princípios, os objetivos e ações realizadas direcionadas para a sociedade.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

A Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama), inscrita sob o CNPJ 00.624.961.0001-77, com sede na Avenida Tefé, 3.279 – Japiim, CEP 69078-000 - Manaus/Amazonas, empresa de economia mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor criada pela Lei Estadual nº. 2.326, de 08 de maio de 1995, regida pela Lei Federal nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976 e por suas supervenientes alterações introduzidas pelas Leis nº. 9457, de 05 de maio de 1997 e nº. 10.303, de 31 de outubro de 2001, pelo seu estatuto.

O Estado do Amazonas é, nos termos do disposto no §1º do artigo 5º do estatuto social da Ciama, acionista majoritário e, portanto, controlador da sociedade, que é regida pela lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76). Sociedade anônima dotada de personalidade jurídica de direito privado, a Ciama possui capital fechado, com abrangência de atuação em todo o estado

Amazonas, compreendendo 62 municípios, atuando na área do desenvolvimento econômico e social.

Audítores Independentes: Razão Social: M M Gonçalves Consultoria Empresarial – ME; Nome Fantasia: Gonçalves consultoria empresarial; CNPJ: 12.238.187/0001-50; Responsável/auditor: Márcio Marques Gonçalves; Contador ro-004784/o-0 T-AM; CPF: 313.996.652-00; RG: 853.981 SP-AM.

Conselheiros de Administração: Presidente: Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira - CPF: 007.005.332-49; Vice-Presidente: Eraldo Boechat Leal - CPF: 841.621.397-68; Conselheiro: Paulo Ricardo Rodrigues de Souza - CPF: 406.552.372-91.

Conselheiros Fiscais: Maria da Conceição Guerreiro da Silva - CPF: 114.807.422-87; Suplente: Rozendo Galdino da Silva - CPF: 602.675.692-20; Conselheiro: Luiz Otávio da Silva - CPF: 983.548.096-68; Suplente: Denis Moura de Oliveira - CPF: 947.205.415-34; Conselheira: Alana Barbosa Valério Tomaz - CPF: 660.616.442-72; Suplente: Raiana Francis da Costa Cabral - CPF: 743.596.902-82.

Diretoria Executiva: Diretor-Presidente: Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira - CPF: 007.005.332-49; Diretor Administrativo-Financeiro: José Bentes Coutinho Neto - CPF: 036.847.762-20; Diretor-Técnico: Nelson de Souza Azevedo Filho - CPF: 043.450.612-53.

DAS ATRIBUIÇÕES

A Ciama é uma sociedade anônima dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de economia mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor criada pela Lei Estadual nº. 2.326, de 08 de maio de 1995, regida pela Lei Federal nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976 e por suas supervenientes alterações introduzidas pelas Leis nº. 9457, de 05 de maio de 1997 e nº. 10.303, de 31 de outubro de 2001, pelo seu estatuto. Tem como objetivo principal o desenvolvimento social, econômico, energético, industrial e ambiental do Estado do Amazonas.

De acordo com o seu Estatuto, é competência da Ciama:

I. Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de cargas, além de projetos de reforma, ampliação ou adequação de prédios públicos, empreendimentos turísticos em geral e engenharia consultiva, bem como a execução de programas e projetos governamentais;

II. Identificar, analisar, avaliar e viabilizar a implementação de programas e projetos que promovam o crescimento econômico, a multiplicação das oportunidades de negócios e das potencialidades regionais e tecnológicas;

III. Implementar as ações que assegurem o fomento dos setores produtivos do Estado, por meio da execução das atividades de atração, incentivo à criação, preservação e ampliação de empreendimentos, bem como da implantação de programas e projetos de estímulo à atividade econômica e outras ações necessárias ao seu desenvolvimento;

IV. Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, de gestão empresarial e profissionalização da mão-de-obra com instituições e entidades nacionais e internacionais;

V. Gerir mecanismos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídos;

VI. Praticar atos de comércio e indústria, serviços e operações que forem necessários à consecução de seus objetivos sociais;

VII. Prestar assistência técnica a instituições e entidades na elaboração e negociação de projetos para a captação de recursos, na promoção de negócios e produtos e em marketing e qualidade, bem como, realizar estudos, pesquisas e informações necessárias aos seus objetivos sociais e do desenvolvimento do Estado;

VIII. Executar, por iniciativa própria ou de terceiros, consultoria no campo de seus objetivos sociais e do desenvolvimento estadual;

IX. Participar acionariamente em outras sociedades, direta ou através da emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, bem como, mediante captação de recursos de terceiros, constituição e administração de fundos de investimentos de capital de risco para pequenas e médias empresas.

CAPITAL

O capital autorizado da Ciama referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 376.000.000,00 (trezentos e setenta e seis milhões de reais), valor esse representado por ações ordinárias nominativas, estando esse capital social analiticamente assim composto:

COMPOSIÇÃO	Nº DE AÇÕES	VALOR DA AÇÃO (R\$)	TOTAL (R\$)
Capital Autorizado	72.307.692,31	5,20	376.000.000,00
Capital a Subscrever	-	-	-
Capital Subscrito	72.307.692,31	5,20	376.000.000,00
Capital Subscrito Integralizado	61.979.798,78	5,20	322.294.953,66
Capital Subscrito a Integralizar	10.327.893,53	5,20	53.705.046,34

CULTURA ORGANIZACIONAL

Apresentam-se, a seguir, informações norteadoras sobre a missão, visão, objetivos, diretrizes de atuação, serviços da Ciama, alinhadas aos princípios do Governo do Estado do Amazonas.

Missão: A promoção do desenvolvimento social, econômico, energético,

tecnológico, industrial e ambiental do estado do Amazonas.

Visão: Ser uma sociedade de economia mista ágil, flexível, com corpo técnico capacitado e em constante atualização.

Valores:

Qualidade – Desempenhar as atividades institucionais, com presteza, eficiência e eficácia, visando à satisfação plena dos seus clientes e da sociedade;

Respeito – aos direitos, valores e interesse dos acionistas, clientes, colaboradores, à comunidade e ao meio ambiente;

Ética – Ter uma conduta moral agindo dentro dos princípios legais, visando a manter e zelar pela nossa reputação;

Transparência – Exercer uma gestão aberta, transparente e participativa, democratização da informação e induzindo todo o corpo funcional a gerenciar suas atividades, socializando ganhos e eventuais perdas;

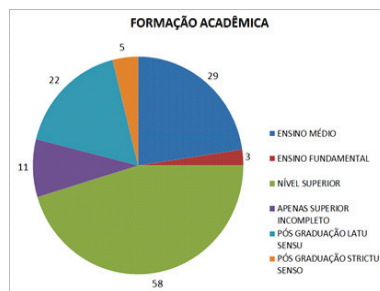
Parceria – Reconhecemos a contribuição de todos os colaboradores, valorizando-os e desenvolvendo-os. Unindo esforços com nossos clientes e fornecedores, para redução dos custos e melhoria dos serviços.

Relacionamento com fornecedores - A contratação e a disciplina do relacionamento com fornecedores tem como fator limitante a observância da Lei nº. 8.666/93 e da Lei Nº. 13.303, seguida pelo critério de qualidade, prazo e menor preço.

Perfil da força de trabalho - Para o desempenho das funções nas áreas finalísticas e de apoio, a Ciama conta com a força de trabalho constituída por 129 funcionários contratados pelo regime da CLT, exceto os consultores individuais contratados por meio de licitação. E mais cinco prestadores de serviços terceirizados (quatro de serviço de vigilância patrimonial e um motoboy).

Nossos colaboradores receberam, nos últimos anos, atenção especial no que diz respeito ao incentivo à formação e especialização, disponibilizou, ainda, cursos, treinamentos e reciclagens voltados para o bom desempenho de suas funções. O grau de instrução dos colaboradores vem aumentando, nos últimos anos, sendo que 2% é o percentual dos que possuem Ensino Fundamental ou Fundamental Incompleto e 82% são graduados, pós-graduação lato senso ou stricto senso.

A formação acadêmica, em termos quantitativos, dos funcionários lotados na CIAMA, está retratada no gráfico que se segue:



A Companhia foi criada para executar as políticas públicas do Estado do Amazonas voltadas ao desenvolvimento social, e possui agilidade, flexibilidade e capacidade técnica, dotada de personalidade jurídica de direito privado, pertencente à estrutura organizacional (administração indireta) do Estado. Desta forma as atividades exercidas pela CIAMA estão amplamente compatíveis com a lei de criação e com o seu estatuto social.

NOTA 1: A maioria dos colaboradores possui Nível Superior, principalmente porque as atividades desenvolvidas na Companhia exigem determinadas especializações, tais como: Administradores, Advogados, Contadores, Engenheiros Cívicos, entre outros. Porém, independente desse fato, a empresa oferece cursos e capacitações aos colaboradores dos demais níveis de escolaridade.

Requisitos de Segurança - As estratégias estabelecidas pela Companhia visando assegurar de maneira efetiva a existência de condições de trabalho saudável e segura a todos os colaboradores são estabelecidas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRa e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

A Companhia também instituiu em 2019 a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2019

A Ciama fechou o ano de 2019 contabilizando resultados positivos na elaboração de projetos de engenharia, manejo e resíduos sólidos para as prefeituras do interior e também com a efetivação de parcerias institucionais importantes para a execução de uma série de projetos, que envolvem captação de recursos, investimentos, viabilidade econômica e social e capacitação de funcionários que trabalham nas esferas públicas do interior, conforme descrição a seguir:

REAPROVEITAMENTO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO NO INTERIOR

A CIAMA destravou mais de R\$ 170 milhões que estavam parados desde 2015 nos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para investimento em saneamento básico. Este recurso, embora disponível, não estava sendo liberado para os municípios por ausência de projeto adequado de infraestrutura e/ou pendências documentais.

O Governo do Estado acionou a Ciama para traçar estratégias, junto às pre-

feitas e à Funasa, e mobilizar todo o seu corpo técnico para finalizar os projetos e iniciar as obras o mais rápido possível.

Como resultado do primeiro ano de execução dos projetos, foram entregues, no mês de junho, projetos para dez prefeituras do interior: Autazes, Uruçurituba, Uarini, Novo Aripuanã, Uruará, São Paulo de Olivença, Novo Airão, Boca do Acre, Nhamundá e Lábrea. E as prefeituras de Carauari, Beruri e Caapiranga também foram atendidas pela Companhia, que trabalhou na atualização de documentação dos respectivos projetos para que os mesmos pudessem ser submetidos ao financiamento junto à Funasa.

No final de dezembro, a Ciama cumpriu a missão e entregou projetos de saneamento beneficiando 276.157 habitantes (IBGE/2010), distribuídos entre os municípios de Autazes, Boca do Acre, Nhamundá, Novo Airão, Novo Aripuanã, Rio Preto da Eva, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Tonantins, Uarini, Uruará e Uruçurituba, totalizando mais de R\$ 25 milhões de investimentos.

Paralelo a esta etapa de elaboração de projetos e organização de documentações, a Ciama articulou com as prefeituras de outras 16 localidades, que também serão contempladas com projetos de saneamento, previstos para serem entregues em 2020. São elas: Eirunepé, Nova Olinda do Norte, Canutama, Cacau Pirêra, Boa Vista do Ramos, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tonantins, Presidente Figueiredo, Codajás, Careiro da Várzea, Careiro sede, Careiro Samaúma, Careiro Araçá, Careiro Purupuru e Iranduba.

Ou seja, até o final de 2020, a Ciama terá atendido praticamente todos os municípios do interior do Amazonas, que estarão aptos a submeter seus projetos de distribuição de água tratada para a população para financiamento junto à Funasa.

RESUMO DOS VALORES DOS PROJETOS ENTREGUES

MUNICÍPIO	RECURSO (R\$)	BENEFÍCIO
Benjamin Constant	2 milhões	Nova estação de tratamento com ampliação da capacidade
Itapiranga	1 milhão	Ampliação da Rede e um reservatório
Maraã (Comunidades de São João do Ipecaçu, Nova Jerusalém do Acará e Boa Esperança)	3 milhões	Construção do sistema completo da Rede de captação, reservatórios e tratamentos de água
Tabatinga	3 milhões	Ampliação da Rede
Juruá	2 milhões	Ampliação da Rede
Uruará	1 milhão	Reservatório, captação subterrânea (poço e rede de distribuição)
Uarini	500 mil	Reservatório, captação subterrânea (poço e rede de distribuição)
Autazes	1 milhão	Reservatório, captação subterrânea (poço e rede de distribuição)
Boca do Acre	7 milhões	Em levantamento
Maraã	3 milhões	Reservatório, captação subterrânea (poço e rede de distribuição)
Nhamundá	500 mil	
Total	24 milhões	

Fonte: Engenharia/Ciama/2019

Projetos com valores atualizados entregues em 12/06/2019

Trata-se de cálculos complexos que se não forem feitos corretamente a Funasa rejeita o projeto, o que vinha ocorrendo com alguns municípios e por isso o recurso não era liberado.

NOTA: Os projetos de saneamento contabilizam um total de 47 milhões de investimentos aos municípios do interior.

MUNICÍPIO	RECURSO (R\$)
Alvarães	4.322.053,04
Anamá	3.937.993,87
Anori	6.923.984,66
Beruri	6.273.457,34
Caapiranga	1.150.000,00
TOTAL:	23 MILHÕES

ENERGIA RENOVÁVEL

A Ciama produziu pesquisa para subsidiar o Fórum Permanente de Energia do Amazonas, apresentando resultados efetivos em reuniões com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Instituto Energia de Desenvolvimento Sustentável (Inedes) e Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico da Ufam (Cdeam). O Fórum vai nortear as ações do Governo do Amazonas para a mudança do cenário do uso de energia fotovoltaica na região, já a partir de 2020.

A ideia é apresentar à sociedade o Decreto Lei que criará as condições reais baseadas na Lei 4.780, de 18 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à geração e aprovação de projetos de energia solar fotovoltaica no Estado do Amazonas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) já deliberou, por meio do Convênio nº 16, a permissão de subsídio de ICMS no uso da energia fotovoltaica. Em breve, o Amazonas terá um arcabouço legal que abarcará todas as fontes renováveis de energia e a criação de um Fundo de Desenvolvimento Energético, o FDE.

Será ainda fomentada, por meio do Banco da Amazônia, a chamada "linha-verde" para o financiamento da instalação de kits fotovoltaicos. A meta do Governo do Amazonas é alcançar o percentual de 25% de produção via matriz energética renovável até o ano de 2030.

Alguns dados de pesquisa - De acordo com o cenário do uso dessa energia no mundo e no Brasil, Minas Gerais é o estado responsável por mais da

metade do consumo brasileiro. O país como um todo utiliza apenas 1,2% dessa energia renovável enquanto países como a Alemanha alcançaram, no mês de julho desse ano, 50% de uso de energia solar. Somos a quarta região do Brasil mais propícia à geração dessa energia limpa, gratuita e infinita, mas ainda não tínhamos dado passos tão efetivos quanto agora. Temos muitas áreas sombreadas e nuvens de chuva, ainda assim, o potencial da região, comparando-o ao México e ao oeste dos Estados Unidos da América, por exemplo, é alto. A potência desses países é de 1.100 a 2.300 KWH/m². enquanto a potência do Amazonas fica entre 1.700 a 1.900 KWH/m², o que é excelente. Assim, o pior cenário potencial no Brasil ainda é melhor que a Alemanha, por exemplo, mas lá eles já alcançaram resultados muito melhores que nós.

DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE RIO PRETO DA EVA

A Ciama elaborou o Projeto Arquitetônico e de Engenharia do Distrito Agroindustrial de Rio Preto da Eva (Darpe). O Darpe é resultado de um esforço interinstitucional, liderado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), com a parceria da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e de demais instituições governamentais e não governamentais.

O empreendimento vai reunir diversas agroindústrias já existentes no município como a de suínos, bovinos, móveis, açaí e pescado, milho, aves para abate e postura de ovos, entre outras.

O projeto é sustentável, erguido em mais de 5 km² mil de terra localizada na AM-010 entre os municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara, a 82Km de Manaus e 20Km de Rio Preto da Eva. A área conta com os benefícios fiscais da Suframa; é privilegiada pelo verde e margeia a rodovia em dois lados, estando assim dividida:

O Darpe contará com cerca de 150 lotes industriais, na primeira fase, e ainda, um complexo administrativo, comercial e turístico com área de implantação de 46m² mil. Prevê também: heliponto; uma torre de observação com 40m toda telada e com elevador; trilhas de caminhada levando ao Memorial Casa da Eva e à Torre de Observação; uma passagem de fauna e de pedestre que atravessa a rodovia; um pórtico com identificação do Darpe visível nas duas direções da rodovia.

PROJETOS CONCLUÍDOS, APROVADOS E SUBMETIDOS

Pista de Pauini (Concluído e não Implantado)

A Ciama concluiu e entregou à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas (Seinfra), em fevereiro, o projeto que resolveu de forma emergencial o problema da pista de pouso do município de Pauini, no sul do Amazonas, na microrregião de Boca do Acre.

Uma equipe técnica da Companhia avaliou as condições precárias da pista e sugeriu um projeto dentro dos padrões de normas determinadas pela Agência Nacional de Aviação, a Anac.

A atual pista coloca em risco a vida da tripulação e da própria população. Por ser de terra, forma lama quando chove e está posicionada de forma errada no centro residencial e comercial da cidade.

O projeto da Ciama sugere margens de segurança, pavimentação de concreto e redimensionamento para receber apenas aeronaves pequenas.

Feira de Pescado em Maraã (Concluído e Implantado)

A Ciama mediu a liberação de um recurso de R\$ 700 mil do Programa Calha Norte, do Governo Federal, para a construção da Feira do Pescado do município de Maraã, inaugurada no dia 23 de março de 2019.

O projeto foi desenhado para atender os feirantes que comercializavam, anteriormente, nas calçadas, gerar inicialmente 60 empregos diretos e receber cerca de quinhentas pessoas em circulação.

O pescado é a base da economia dessa região que fornece 50 toneladas de peixe/mês e 1.200kg diariamente, em especial o pirarucu.

Manejo em Fonte Boa, Jutai, Tonantins e Santo Antônio do Itá (Submetido e aguardando resultado)

A Ciama submeteu, no mês de julho, oito projetos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), via Plataforma + Brasil, antigo Siconv, para investimentos voltados ao beneficiamento da cadeia produtiva de pescado (pirarucu) em quatro municípios do interior, no valor de R\$ 4.660.180,00 milhões. Os projetos preveem a aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira.

Jutai, Tonantins e Santo Antônio do Itá são os municípios que, desde 2009, praticam manejo na região do Alto Solimões. Fonte Boa já pratica há 21 anos.

A disponibilidade do recurso faz parte do Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuario de Pequeno e Médio Porte, executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Com a aprovação do Mapa, serão disponibilizados para os quatro municípios micro tratores; motores estacionários diesel de 13HP, com rabetta longa; carretas agrícolas tipo reboque (com capacidade para 1.000kg); embarcações tipo bote de alumínio de 8m com motor de popa com potência de 115HP, partida elétrica; embarcações tipo bote em alumínio de sete metros com motor de popa de 40HP, partida elétrica e canoas de alumínio de 5,5m, tipo rabetinha.

Tratamento de Resíduos Sólidos para Uarini, Novo Airão, Lábrea, Uruará e Uruçurituba (Submetidos e aguardando resultado)

Como primeira ação conjunta da Cooperação Técnica com a Associação dos Municípios do Amazonas (AAM), a Ciama viabilizou a concorrência do Estado em um edital inédito do Ministério do Meio Ambiente e submeteu projetos para tratamento especial de lixo em municípios do interior no valor de R\$ 7 milhões.

O edital faz parte do programa Lixão Zero e é voltado à coleta seletiva, compostagem, biodigestores e inclui campanhas de educação ambiental nas escolas.

A Companhia não mediu esforços para concorrer nesse edital, pois é uma decisão do governador melhorar a realidade dos municípios com relação ao tratamento de lixo, onde, de forma geral, há lixões a céu aberto, descarte irregular e a coleta é feita por meio de caminhões alugados.

A Ciama enviou à Brasília uma engenheira Companhia para participar da capacitação voltada exclusivamente para orientar os municípios a concorrerem ao edital. O resultado da seleção para todo o Brasil é aguardado para 2020.

Praça em Maraã (Aprovado)

Para Maraã, o Governo Federal (Calha Norte) aprovou em novembro, por meio da Ciama, um projeto para a construção de uma praça pública com iluminação e quiosques, no valor de R\$816 mil, sendo R\$ 800 mil provenientes do projeto Calha Norte e R\$ 16 mil da contrapartida da prefeitura do município.

Casa de Apoio a Refugiados em São Gabriel da Cachoeira (Concluído e entregue à referida prefeitura)

Com objetivo de melhorar a qualidade de vida de mais de 600 refugiados venezuelanos em São Gabriel da Cachoeira, a Ciama entregou, no mês de novembro, à prefeitura da cidade, o projeto de construção da Casa de Apoio a Refugiados Venezuelanos.

O local será um reassentamento temporário e possui oito alojamentos ao todo. Cada duas famílias ou grupo de pessoas abrigadas irão dividir uma área em comum com banheiros e copa cozinha. A unidade poderá ser replicada futuramente no próprio terreno cedido para o projeto.

De acordo com o acordo firmado junto à Ciama, a prefeitura municipal de São Gabriel da Cachoeira se responsabilizará pela compra do mobiliário para os dormitórios e área das cozinhas, além de custear toda a manutenção do abrigo quando iniciar suas atividades.

A Ciama submeteu o projeto da Casa de Apoio à apreciação do Consulado Japonês para financiamento de R\$ 300 mil.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ciama e Afeam

Durante as ações do Programa Amazonas Presente, no Alto Solimões, a CIAMA assinou Termo de Cooperação Técnica com a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam). O Termo possibilita à Companhia elaborar Planos de Negócios para financiamento das demandas apresentadas pelos cidadãos empreendedores e/ou pelas próprias prefeituras para apreciação e financiamento junto à Agência de Fomento, de projetos a partir de R\$ 100 mil. Essa cooperação está em fase de capacitação da equipe da Ciama no uso do sistema da Agência de Fomento.

Ciama e AAM

A Companhia firmou parceria com a Associação Amazonense dos Municípios (AAM) visando a prestação de serviços junto às prefeituras do interior. De acordo com esse Termo, a Companhia disponibiliza o seu corpo técnico multiprofissional (engenheiros, economistas, administradores, etc.) para a elaboração de projetos visando o desenvolvimento regional.

Gestão e supervisão de obras

Por meio de parceria institucional, a Ciama se tornou responsável pela gestão e supervisão de obras em apoio à Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE-Am) e à Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra).

Essa consultoria era terceirizada e, sendo realizada pela Ciama, vai resultar em uma economia significativa para os cofres do Governo do Estado.

O projeto está em fase de processo seletivo visando a entrada de recursos humanos para atuar nas obras a serem implementadas a partir de janeiro de 2020.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS

Em Tabatinga - Como parte da ação de governo Amazonas Presente, a Ciama, em parceria com a Sead (Escola Governar), levou à Tabatinga o curso de Licitação e Contratos, Prestação de Contas e Controle Interno, realizado nos dias 27, 28 e 29 de agosto.

Foram emitidos certificados a 106 participantes dos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Fonte Boa, Tonantis e Santo Antônio do Itá.

O curso foi uma oportunidade de discutirem sobre as principais etapas de aquisição de produtos e serviços nos órgãos públicos e a responsabilização dos servidores nesse processo.

Em Tefé – Na mesma semana do Amazonas Presente, a Ciama promoveu capacitação, no município de Tefé, de 30 servidores municipais vindos também de Uarini, Jutai, Fonte Boa e Alvarães.

O curso intitulado "Uso da Plataforma Mais Brasil: da elaboração do projeto à prestação de contas", colocou à disposição dos servidores ferramentas para o uso dessa importante fonte de recursos para os municípios.

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

Cepram/Ufam – A Ciama enviou equipe técnica ao prédio do Centro de Produção de Medicamentos (Cepram) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e realizou estudo de viabilidade econômica para possível ativação do empreendimento, em parceria com o Governo do Estado.

No estudo, a Ciama indicou três modalidades de parceria econômica possíveis para ativação do Cepram e desaconselhou financeira e tecnicamente a fabricação de soro fisiológico em Manaus.

ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A implantação do Sistema de Controle Interno na Ciama iniciou em junho de 2019.

O artigo 4º. § 15 do Regimento Interno da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, no dia 29/10/19, prevê que o Controle Interno será coordenado e executado por órgão integrante da estrutura administrativa.

Síntese cronológica dos instrumentos legais que determinaram a implantação

Ato de Designação – do dia 27/05/19, da colaboradora Diana Patricia Costa Vianna, para o cargo de Controladora Interna, a partir de 1º de junho de 2019.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, do dia 29/10/19 – Dispõe sobre a aprovação da Estrutura da Controladoria Interna no Regimento Interno da Ciama, com a definição das atribuições da Controladoria Interna, ligada a Presidência.

Designação por meio de ATA de Reunião da Diretoria para compor os membros da Controladoria, das seguintes colaboradoras: Diana Patricia Costa Viana – matrícula 00761 – Controladora/Dione Day Maria Pires Chaves – matrícula 001004 – Assessora da Controladoria.

A Controladoria Interna, subordinada diretamente ao diretor-presidente e ordenador de despesas da Ciama, responde suas ações à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, na execução das atividades de Controle Interno, visando a avaliação da gestão dos atos, bem como apoiar o Controle Externo, no exercício de sua missão institucional.

E, com o objetivo de atender os Artigos 70/74 da Constituição Federal, e Art. 39, CEA/1967, que os Poderes Legislativos, Executivos e Judiciário, mantem de forma integrada, Sistema de Controle Interno, com a finalidade de comprovar a legalidade, e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

A Controladoria Interna foi criada com a função orientativa e preventiva, a fim de atuar como instrumento de melhoria da gestão pública, assegurando entre outros aspectos, o cumprimento das exigências legais, a fidedignidade das informações divulgadas, a proteção do erário e a otimização na aplicação dos recursos públicos, garantindo, ainda, melhores resultados à Ciama.

Com o advento da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), a Ciama acompanha diuturnamente o atendimento dos pedidos de informações apresentados, com o objetivo de proteger a gestão e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade no período de 2019.

A Controladoria Interna recomendou disponibilizar local reservado para atendimento presencial na Companhia, levando-se em consideração a identificação de riscos e medidas de prevenção para o bom funcionamento da Ouvidoria.

Assim, a Companhia já disponibilizou uma sala para atendimento presencial e confeccionou placa de sinalização adequada com a identificação "Aqui tem Ouvidoria".

No que diz respeito ao setor de Contratos e Licitações, a Controladoria Interna tem buscado prestar orientação aos gestores da área, responsáveis pelos contratos sobre o acompanhamento da execução e fiscalização, bem como no Planejamento dos Trabalhos da Controladoria Interna para 2020, recomendou-se melhorias no processo. Inclusive, já foi estabelecido o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em observância a Lei nº 13.303/16, Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.784/99 e CF/88, a fim de que se possa ser validado e implantado no âmbito da Companhia.

Adotamos, ainda, um Plano Anual de Contratações (PAC), devidamente documentado, que permita melhor controle das despesas da mesma natureza, previsíveis, ao longo do exercício, sobretudo uma gestão mais eficiente das contratações

Cabe destacar positivamente o esforço que a Diretoria Executiva tem demonstrado em atender as recomendações emitidas pela Controladoria Interna, entendendo que se destinam a melhorar a eficácia dos controles internos.

OBJETIVOS E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020

A Ciama ordenou suas metas para 2020 focada em ações de desenvolvimento para o interior do Estado. Para tanto, mantem em sua estrutura dois departamentos que atuam como pilares para a captação de recursos e a realização de grandes projetos: A Unidade Administrativa Espaço Prefeitura e o Departamento de Engenharia.

Espaço Prefeituras

As atividades da Unidade Administrativa Espaço Prefeitura (UAEP) para 2019 estão definidas no Plano de Trabalho e fundamentadas sob três Eixos Norteadores, assim constituídos:

1. Observatório Ciama

Compreende a constituição de um Banco de Dados, suportados por um Big Data, para unificar dados sobre várias temáticas socioeconômicas e ambientais: população; educação; saúde; economia; produção; saneamento, potencialidades regionais, meio ambiente, situação dos povos indígenas etc.

Estes dados são fundamentais para o desenvolvimento dos serviços técnicos do UAEP, haja vista a sua função de elaboração de estudos, projetos e demais assuntos relacionados com o desenvolvimento do Estado, em particular com os municípios do interior, como planos diretores, planos de saneamento, gestão da excelência pública e a gestão de projetos estratégicos do governo.

2. Parcerias Estratégicas

A Ciama entende que as parcerias são a forma de uma ótima maneira de expandir o negócio e atrair uma clientela mais abrangente. Por meio de uma parceria, as empresas cooperam uma com a outra, de forma a obter crescimen-

to e potencializar suas respectivas marcas no mercado.

Uma parceria oferece grandes possibilidades de desenvolvimento para as empresas envolvidas, isto porque, a partir dela, não existe a necessidade de realizar grandes investimentos para atrair um novo cliente, sem contar com a vantagem do compartilhamento de conhecimento, processos de produção, o que permite a oferta de melhores condições de serviços.

As parcerias estratégicas da Ciama incluem as instituições internacionais como:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – uma das principais fontes de financiamento multilateral para projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe. Provê empréstimos e assistência técnica utilizando capital fornecido por seus países membros, bem como recursos obtidos nos mercados mundiais de capital mediante emissão de obrigações;

Banco Mundial – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) - Um dos principais organismos multilateral internacional de financiamento do desenvolvimento social e econômico. Além de financiar projetos, oferece sua grande experiência internacional em diversas áreas de desenvolvimento. A atuação no Brasil é regida pela Estratégia de Assistência ao País, que inclui assistência em cinco áreas: redução direcionada da pobreza, ajuste fiscal sustentável, retomada do crescimento, crescente efetividade do desenvolvimento;

Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido - Do governo britânico, que trabalha em parceria com outros governos e que têm como prioridades a promoção do desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. No Brasil, apoia programas de cooperação técnica para promover o desenvolvimento sustentável do meio ambiente natural, principalmente na Amazônia, e Planos de Governo voltados para o fortalecimento dos serviços de saúde.

Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) - Órgão do governo japonês responsável pela implementação dos programas e projetos de cooperação técnica com os demais países. Apoia atividades nas seguintes modalidades: treinamento, intercâmbio, doação de equipamentos, cooperações técnicas tipo projeto e pesquisa, miniprojetos, estudos de desenvolvimento. No Brasil, as áreas prioritárias são saúde, agricultura, indústria, meio ambiente, educação e reformas econômicas.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) - Que atua na distribuição de fundos aos países em desenvolvimento, em programa de cooperação mútua. No Brasil, implementa programas no âmbito do Acordo Básico em Assistência Técnica entre o Governo Brasileiro e as Nações Unidas. Apoia projetos nas seguintes áreas: saúde (HIV/AIDS), políticas ambientais, energia, informações e comunicações tecnológicas, políticas de redução de pobreza, gestão democrática.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) - Presta serviços ao meio ambiente, particularmente na difusão das preocupações ambientais dentro da comunidade internacional (<http://www.europa.eu.int>), responsável pela execução e gestão de acordos de comércio e de cooperação técnica com outros países. No Brasil, apoia projetos de cooperação técnica voltados para o meio ambiente, ciência e tecnologia, administração pública, pequenas e médias empresas, redução do desequilíbrio social.

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) - Agência Norte Americana que fornece assistência técnica e financeira nas seguintes áreas: crescimento econômico e desenvolvimento agrícola, meio ambiente, educação e treinamento, assistência humanitária, saúde e nutrição, democracia e governabilidade. No Brasil, apoia ações nas áreas de mudanças climáticas, meio ambiente, uso de energia eficiente e limpa, saúde. Sem descuidar das estratégias nacionais e locais que sintonizam com as atividades da CIAMA, como: Caixa Econômica Federal; Banco do Brasil S.A.; Banco da Amazônia S.A.; Agência de Fomento do Estado do Amazonas – Afeam; Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa; Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – Sedecti; Associação Amazonense dos Municípios (AAM).

3. Demanda por Projetos

A Ciama tem consciência da necessidade de elaboração de estudos e projetos para o governo, quer ele estadual ou municipal, até mesmo para a captação de recursos para a promoção do desenvolvimento do Estado, quer seja para ações sociais beneficentes, que podem acontecer de forma atemporal, face as janelas de oportunidades que surgem. Daí a responsabilidade da Companhia de dotar seu Escritório de Projetos de ferramentas e metodologias adequadas, de modo a conferir qualidade, efetividade e agilidade em seus serviços e projetos.

Departamento de Engenharia

As atividades para o exercício de 2020 do Departamento de Engenharia estão voltadas a atender as demandas encaminhadas pelo próprio Governo do Estado e também na conclusão da elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água. Estão previstos, inicialmente, o atendimento a oito municípios do interior. Lábrea, Urucurituba, Novo Aripuanã, São Paulo de Olivença, Boa Vista do Ramos, Tonantins, Canutama e três comunidades no município de Nhamundá.

A Ciama vem desenvolvendo este trabalho desde 2019, já tendo atendido 10 prefeituras do interior com a elaboração de novos projetos: Autazes, Urucurituba, Uarini, Novo Aripuanã, Uruará, São Paulo de Olivença, Novo Airão, Boca do Acre, Nhamundá e Lábrea.

Carauari, Beruri e Caapiranga também foram atendidas pela Companhia, que

que trabalhou na atualização de documentação dos respectivos projetos para que os mesmos pudessem ser submetidos ao financiamento junto à Funasa.

No final de dezembro, a Ciama cumpriu a missão e entregou mais projetos de saneamento beneficiando 276.157 habitantes (IBGE/2010), distribuídos entre os municípios de Autazes, Boca do Acre, Nhamundá, Novo Airão, Novo Aripuanã, Rio Preto da Eva, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Tonantins, Uarini, Uruará e Urucurituba.

É o relatório.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2019

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA, inscrita no CNPJ nº 00.624.961/0001-77, localizada à Av. Tefé, 3279 – Japiim, CEP. 69.078-000, Manaus-AM, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

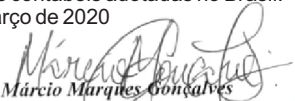
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base nessa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Manaus-AM, 09 de março de 2020


Márcio Marques Gonçalves
Contador CRC RO-004784/O-0 T-AM

Auditor Independente CNAI nº. 4967

IBRACON nº. 5383 / Perito Contábil CNPC nº 543

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS
C.N.P.J. 00.624.961/0001-77
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 2018

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE		5.694.242,29	5.370.280,92
Disponível	4	5.197.133,34	4.894.492,54
Bancos com movimento		491,58	1.103.692,89
Aplicações Imediatas		5.196.641,76	3.790.799,65
Realizáveis a Curto Prazo	5	497.108,95	455.041,91
Adiantamentos		0,00	509,60
Empréstimos		320,49	0,00
Tributos e Contribuições a compensar		496.788,46	454.532,31
Antecipações Ativas		0,00	20.746,47
Despesas pagas antecipadamente		0,00	20.746,47
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.720.819,73	0,00
Créditos de Depósitos e Cauções	6	1.720.819,73	0,00
Bloqueio Judicial		1.720.819,73	0,00
PERMANENTE		43.232.202,86	37.085.018,15
Investimentos		27.743.286,89	21.499.951,50
Participação Capital de Outras Companhias	11	29.852.157,91	24.094.794,71
CIALI - COMPANHIA DE ALIMENTOS		508.871,02	508.871,02
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÉUTICO S.A.		1.600.000,00	1.600.000,00
AGROPAM - AGRICULTURA E PECUÁRIA AMAZONAS S.A.		20.618.357,31	14.860.994,11
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA		6.124.929,58	6.124.929,58
MANIVA AGROINDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA		1.000.000,00	1.000.000,00
(-) Provisão para Perdas em Investimentos		(2.108.871,02)	(2.594.843,21)
CIALI - COMPANHIA DE ALIMENTOS		(508.871,02)	(549.870,97)
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÉUTICO S.A.		(1.600.000,00)	(2.044.972,24)
Imobilizado	7	527.849,30	509.831,65
Bens Móveis		968.368,05	904.618,65
Benfeitorias em Bens de Terceiros		1.537.626,01	1.495.983,63
(-) Provisão para Depreciação		(889.441,20)	(878.729,53)
(-) Provisão para Amortização		(1.088.703,56)	(1.012.041,10)
Intangível		14.961.066,67	15.075.235,00
Intangível		16.722.204,36	16.713.434,36
(-) Amortização do Intangível		(1.761.137,69)	(1.638.199,36)
TOTAL DO ATIVO		50.647.264,88	42.455.299,07
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		922.608,15	501.393,14
Fornecedores	8	70.041,19	36.659,48
Fornecedores de Serviços		61.342,04	32.314,05
Salários a Pagar		40,00	0,00
Contas a Pagar		8.659,15	4.345,43
Obrigações Sociais e Fiscais		446.874,40	263.096,08
Obrigações Previdenciárias	9	446.874,40	263.096,08
Empréstimos e financiamentos		0,00	634,29
Empréstimos		0,00	634,29
Provisões		200.137,88	40.665,31
Provisões Trabalhistas	9	200.137,88	31.207,76
Provisões para Débitos Fiscais		0,00	9.457,55
Obrigações Tributárias		205.554,68	160.337,98
Impostos retidos a recolher		205.148,22	160.337,98
Impostos e Contribuições sobre receitas		406,46	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		485.972,19	15.722.254,84
Resultado Exercícios Futuros		485.972,19	15.722.254,84
Provisão Equivalência Patrimonial Negativa		485.972,19	0,00
CIALI - COMPANHIA DE ALIMENTOS		40.999,95	0,00
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÉUTICO S.A.		444.972,24	0,00
Subsídio Financeiro	10	0,00	15.722.254,84
Subsídio Financeiro		0,00	15.758.092,76
Subsídio Financeiro Conta Retificadora		0,00	(35.837,92)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	49.238.684,54	26.231.651,09
Capital Social		324.609.280,28	322.294.953,66
Capital Subscrito		376.000.000,00	376.000.000,00
(-) Capital a Integralizar		(51.390.719,72)	(53.705.046,34)
Ajuste de Variação Patrimonial		(219.609.100,54)	(241.081.699,57)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	(43.487,83)
Prejuízos Acumulados		(55.761.495,20)	(54.938.115,17)
TOTAL DO PASSIVO		50.647.264,88	42.455.299,07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2019 e 2018

EVENTOS	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	13	0,00	0,00
Receita Operacional Bruta de vendas e serviços		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		0,00	0,00
Deduções da Receita Bruta		0,00	0,00
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00	0,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(22.115.709,49)	(12.490.894,30)
Despesas Administrativas	14	(7.753.108,79)	(1.424.489,77)
Despesas com Pessoal e Encargos		(13.542.927,68)	(10.586.630,45)
Despesas Tributárias	15	(69.374,07)	(27.161,52)
Depreciação e Amortização		(246.150,38)	(175.816,52)
Serviços de Terceiros		(523.968,23)	(462.604,84)
Receita Financeira Líquida		19.819,66	185.808,80
Receitas Financeiras	13	93.012,75	229.104,36
(-) Despesas Financeiras		(73.193,09)	(43.295,56)
(=) LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(22.115.709,49)	(12.490.894,30)
(+) OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	13	21.292.329,46	10.202.595,02
Dividendos e Lucros Distribuídos		6.031.656,42	0,00
Dividendos e Lucros Distribuídos		274.293,22	0,00
Resultado de Equivalência Patrimonial		5.757.363,20	0,00
Recultas Diversas		15.260.673,04	10.202.595,02
Recuperação de Despesa		43.052,93	90.829,58
Outras Recultas		47.100,17	28.253,56
Contribuição do Estado para Custeio		15.170.519,94	10.083.511,88
(=) LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PROVISÃO P/IRPJ E CSLL		(823.380,03)	(2.288.299,28)
(-) Provisão para CSLL		0,00	0,00
(-) Provisão para IRPJ		0,00	0,00
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	(823.380,03)	(2.288.299,28)
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		62.424.862	61.979.799
RESULTADO POR AÇÃO		(0,0132)	(0,0369)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2018 e 2019

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	320.090.179,88	(241.081.699,57)	(52.649.815,89)	26.358.664,42
Ajustes de Exercícios Anteriores			(43.487,83)	(43.487,83)
Prejuízos Acumulados			(2.288.299,28)	(2.288.299,28)
Integralização de Capital	2.204.773,78			2.204.773,78
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	322.294.953,66	(241.081.699,57)	(54.981.603,00)	26.231.651,09
Ajustes de Exercícios Anteriores			43.487,83	43.487,83
Prejuízo do Exercício			(823.380,03)	(823.380,03)
Ajuste de Variação Patrimonial		21.472.599,03		21.472.599,03
Integralização de Capital	2.314.326,62			2.314.326,62
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	324.609.280,28	(219.609.100,54)	(55.761.495,20)	49.238.684,54

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 2018**

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Prejuízo Líquido do Exercício	(2.288.299,28)	(2.288.299,28)
(+/-) AJUSTES DO RESULTADO LÍQUIDO		
Depreciações e Amortizações	210.312,46	212.493,44
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	(43.487,83)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	(613.067,57)	(2.119.293,67)
I - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (AUMENTO) OU REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(1.679.073,18)	22.209,44
Impostos a recuperar	42.256,15	18.148,43
Adiantamentos	(509,60)	4.061,01
Bloqueio Judicial	(1.720.819,73)	0,00
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	355.085,88	152.197,19
Fornecedores	(33.381,71)	(8.358,87)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	183.778,32	68.952,02
Obrigações Tributárias	45.216,70	53.608,34
Provisões Trabalhistas	159.472,57	37.995,70
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES	(1.323.987,30)	174.406,63
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.937.054,87)	(1.944.887,04)
II - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Integralização de Capital	2.314.326,62	2.204.773,78
Aquisição de Bens Imobilizados	(110.789,36)	(39.467,33)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2.203.537,26	2.165.306,45
III - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos consignados	320,49	634,29
Subsídio Financeiro Conta Retificadora	35.837,92	(35.837,92)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	36.158,41	(35.203,63)
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	302.640,80	185.215,78
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	4.894.492,54	4.709.276,76
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	5.197.133,34	4.894.492,54
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	302.640,80	185.215,78

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em reais)**

1. Contexto Operacional

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA é uma sociedade anônima, dotada de personalidade jurídica de direito privado, por ações ordinárias, com sede e foro na cidade de Manaus/AM, com prazo de duração indeterminado. A CIAMA foi criada pela Lei Estadual nº 2.326, de 08 de maio de 1995, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, podendo por decisão do Conselho de Administração criar ou estabelecer, no País no Exterior, agências, escritórios de representação, filiais e subsidiárias, observadas as disposições legais e respeito. A sociedade tem por objetivos promover o desenvolvimento social, econômico, energético, tecnológico, industrial e ambiental do Estado do Amazonas, competindo-lhe ainda:

- Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, portuária, de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de cargas, além de projetos de reforma, ampliação e/ou adequação de prédios públicos, empreendimentos turísticos em geral e engenharia consultiva, bem como a execução de programas e projetos governamentais;
- Implementar as ações que assegurem o fomento dos setores produtivos do Estado, mediante a execução das atividades de atração, incentivo a criação, preservação e ampliação de empreendimentos, bem como da implantação de programas e projetos de estímulo a atividade econômica e outras necessárias ao seu desenvolvimento;
- Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, de gestão empresarial e de profissionalização da mão-de-obra com instituições e entidades nacionais e internacionais;
- Praticar atos de comércio e indústria, serviços e operações que forem necessárias a consecução de seus objetivos sociais;
- Prestar assistência técnica a instituições e entidades na elaboração e negociação de projetos para a captação de recursos, na promoção de negócios e produtos e em marketing e qualidade, bem como realizar estudos, pesquisas e informações necessárias aos seus objetivos sociais e do desenvolvimento do Estado;
- Participar do capital social de outras pessoas jurídicas, diretamente ou

através da emissão de debêntures conversíveis ou, não-conversíveis em ações, bem como pela captação de recursos de terceiros, constituição e administração de fundos de investimentos de capital de risco para pequenas e médias pessoas jurídicas.

2. Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76 e de alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, conjugadas com as normas Brasileira de Contabilidade (NBCs), e instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade. No exercício findo em 2019, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

3. Principais Práticas Contábeis

Para elaboração das demonstrações contábeis, foram adaptadas as seguintes principais práticas contábeis. Os resultados a seguir são apresentados em reais.

a) Disponível

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata, vencimento original em até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e os saldos de conta garantida.

b) Ativos Circulantes e não circulantes

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após meses subsequentemente à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulante.

c) Imobilizado

I. Reconhecimento e mensuração

Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo históricos de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

II. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na taxa fiscal de cada componente e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

d) Fornecedores

O saldo a pagar de Fornecedores é composto, substancialmente, por obrigações com fornecedores Nacionais e Estrangeiros, cujos vencimentos não ultrapassam sessenta dias após findo do exercício.

e) Os empréstimos tomados

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcional aos períodos incorridos.

f) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e /ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

g) Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

Esta apuração não cabe a Companhia, pois se apura os lucros de acordo com a Lei nº 9.430/1996 (Lei do IRPJ) e a Lei nº 13.303/2016 específica de Sociedades de Economia Mista, nos encerramentos de suas demonstrações.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente e legal, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do comitê de pronunciamentos Técnicos.

j) Demonstração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercício.

4. Disponibilidades

ATIVO	2019	2018
CIRCULANTE	5.694.242,29	5.370.280,92
Disponível	5.197.133,34	4.894.492,54
Bancos com movimento	491,58	1.103.692,89
Aplicações Imediatas	5.196.641,76	3.790.799,65

Conforme quadro acima, os recursos em conta Bancos Conta Movimento, foram transferidos para contas de aplicação imediata, CDB-DI, com prazo máximo de 06 (seis) meses.

5. Realizáveis a curto prazo

Realizáveis a Curto Prazo	497.108,95	455.041,91
Adiantamentos	0,00	509,60
Empréstimos	320,49	0,00
Tributos e Contribuições a compensar	496.788,46	454.532,31

Os Empréstimos demonstrados acima, são classificados em uma conta transitória e ajustados mensalmente. Os tributos a compensar em 2019 foram referentes a IR sobre aplicações financeiras.

6. Créditos de Depósitos e Cauções

Créditos de Depósitos e Cauções	1.720.819,73	0,00
Bloqueio Judicial	1.720.819,73	0,00

O aumento dessa rubrica em 2019 foi referente a bloqueio judicial pelo TJ-AM, Ação Civil, Processo nº 061.6158-66.2018 da 6ª. Vara Civil, referente a garantia contratual.

7. Imobilizado

Imobilizado	527.849,30	509.831,65
Bens Móveis	968.368,05	904.618,65
Benfeitorias em Bens de Terceiros	1.537.626,01	1.495.983,63
(-) Provisão para Depreciação	(889.441,20)	(878.729,53)
(-) Provisão para Amortização	(1.088.703,56)	(1.012.041,10)

Não houve movimentação significativa no imobilizado de 2019, porém começou-se um trabalho de Teste de Recuperabilidade dos Ativos da Companhia nesse ano de 2019 que trará reflexos nos Balanços de 2020.

8. Fornecedores

Fornecedores	70.041,19	36.659,48
Fornecedores de Serviços	61.342,04	32.314,05
Salários a Pagar	40,00	0,00
Contas a Pagar	8.659,15	4.345,43

Os maiores gastos com a rubrica de Fornecedores em 2019, foram com: Energia, em função de aluguel um novo imóvel; TAWRUS Segurança e Vigilância Ltda., contrato firmado; contratação de várias empresas de Serviços de Engenharia, e; PRODAM, com aquisição do Sistema de Ponto Eletrônico.

9. Provisões/Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Provisões Trabalhistas e Obrigações Previdenciárias	647.012,28	294.303,84
Provisões Trabalhistas (férias de funcionários)	200.137,88	31.207,76
Obrigações Previdenciárias (INSS e FGTS a Recolher e parcelamento de tributos)	446.874,40	263.096,08

A elevação da rubrica Provisões Trabalhistas e Obrigações Previdenciárias, em 2019, se deu em função do aumento do quadro funcionários.

10. Subsídio Financeiro

Subsídio Financeiro	0,00	15.722.254,84
Subsídio Financeiro	0,00	15.758.092,76
Subsídio Financeiro Conta Retificadora	0,00	(35.837,92)

Houve em 2019 regularização nessa rubrica, em função de lançamento indevido efetuado por recomendação de Auditoria de 2017.

11. Participação de outras Companhias

	2019	2018
Investimentos	27.743.286,89	21.499.951,50
Participação Capital de Outras Companhias	29.852.157,91	24.094.794,71
CIALI - COMPANHIA DE ALIMENTOS	508.871,02	508.871,02
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED.	1.600.000,00	1.600.000,00
HOSP. FARMACÊUTICO S.A.		
AGROPAM - AGRICULTURA E PECUÁRIA AMAZONAS S.A.	20.618.357,31	14.860.994,11
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA	6.124.929,58	6.124.929,58
MANIVA AGROINDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA	1.000.000,00	1.000.000,00
(-) Provisão para Perdas em Investimentos	(2.108.871,02)	(2.594.843,21)
CIALI - COMPANHIA DE ALIMENTOS	(508.871,02)	(549.870,97)
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED.	(1.600.000,00)	(2.044.972,24)
HOSP. FARMACÊUTICO S.A.		

A posição da participação societária no capital social das investidas, deduzido de provisões de perdas nas participações, pelo método de equivalência patrimonial, está demonstrada no quadro a acima.

Em 2019, a AGROPAM distribuiu à CIAMA R\$ 274.293,22 na forma de Juros

sobre Capital Próprio. Propiciando assim, um resultado positivo de equivalência patrimonial no valor de R\$ 5.757.363,20.

12. Patrimônio Líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.238.684,54	26.231.651,09
Capital Social	324.609.280,28	322.294.953,66
Capital Subscrito	376.000.000,00	376.000.000,00
(-) Capital a Integralizar	(51.390.719,72)	(53.705.046,34)
Ajuste de Variação Patrimonial	(219.609.100,54)	(241.081.699,57)
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(43.487,83)
Prejuízos Acumulados	(55.761.495,20)	(54.938.115,17)

O Capital Social subscrito pelo valor de R\$ 376.000.000,00, sendo o Capital Social a Integralizar constituído por valores a serem aportados pelo Acionista Majoritário da Sociedade, havendo no exercício de 2019 o aporte equivalente a R\$ 2.314.326,62, a fim de dar suporte à manutenção de custeio da Companhia. Os Prejuízos Acumulados tiveram origem no encerramento de cada exercício social, sendo apurados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), correspondente.

13. Receitas da Companhia

Receitas de Aplicações Financeiras	93.012,75	229.104,36
(+) OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	21.292.329,46	10.202.595,02
Dividendos e Lucros Distribuídos	6.031.656,42	0,00
Dividendos e Lucros Distribuídos	274.293,22	0,00
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.757.363,20	0,00
Receitas Diversas	15.260.673,04	10.202.595,02
Recuperação de Despesa	43.052,93	90.829,58
Outras Receitas	47.100,17	28.253,56
Contribuição do Estado para Custeio	15.170.519,94	10.083.511,88
TOTAL	21.385.342,21	10.431.699,38

As receitas da companhia são provenientes de: Aplicações Financeiras e Outras Receitas Não Operacionais, conforme o quadro acima.

14. Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	7.753.108,79	1.424.489,77
---------------------------------	---------------------	---------------------

Das Despesas Administrativas de 2019, R\$ 5.757.994,10 foram referentes à gastos com a administração dos Convênios nº. 074/2010, com a Prefeitura do Município de Parintins, no valor de R\$ 5.624.994,10 e, do Convênio nº. 085/2010 com a Prefeitura Municipal de Nhamundá, no valor de R\$ 133.000,00. Em função da conclusão dos mesmos.

15. Despesas Tributárias




Despesas Tributárias	69.374,07	27.166,52
-----------------------------	------------------	------------------

O aumento nessa rubrica em 2019 se deu em função de um parcelamento efetuado junto ao Ministério da Fazenda, em 60 meses. Valor provisionado.

1. Resultado do Período

A Companhia no exercício de 2019 apresentou um prejuízo no valor de R\$ 823.380,03 (oitocentos e vinte três mil trezentos e oitenta reais e três centavos) em virtude das despesas operacionais líquidas. Porém esse déficit representa um decréscimo de aproximadamente 64% em relação ao ano de 2018, que foi um prejuízo de R\$ 2.288.299,28 (dois milhões duzentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos).

Manaus-AM, 09 de março de 2020.

 ANTÔNIO ALUIZIO BARBOSA FERREIRA DIRETOR PRESIDENTE CPF: 007.005.332-49	 EDSON HEITOR MAGALHÃES DE SOUSA CONTADOR CPF: 000.564.642-15 CRC: 2423-0
 JOSÉ BENTES COUTINHO NETO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO CPF: 036.847.762-20	